

A TEORIA NA PRÁTICA*

THEORY INTO PRACTICE

Joana Matos Frias

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

joanamfrias@edu.ulisboa.pt

<http://orcid.org/0000-0001-5531-8436>

ABSTRACT

In an article dated 1975 and entitled “Teachers against the wall”, Ana Cristina Cesar, aged 23, wanted to position herself in the “theory versus non-theory” controversy then raging, arguing that “taking sides in the debate” did not mean “embarking for hell or paradise, but in a leaky canoe”, and that “the libel against ‘theory’” should be considered “as a reaction to a form of imposition, to the use of certain terms and theories in the detriment of the student and of literature itself”. This paper will start from this statement by the poet, and will try to reconstitute the elements of the diagnosis – in other words, to find out what caused the hole in the canoe, and to what extent the insurmountable opposition between “terms and theories”, on the one hand, and “student” and “literature”, on the other, is legitimate or not (or if, strictly speaking, “student” and “literature” are not also “terms and theories”).

Keywords: Ana Cristina Cesar, literary theory, deconstruction

RESUMO

Num artigo datado de 1975 e intitulado “Os professores contra a parede”, Ana Cristina Cesar, com 23 anos, quis posicionar-se na controvérsia “*teoria X não teoria*” então em cena, defendendo que “tomar partido no debate” não significava

* A autora deste artigo opta por não seguir o Acordo Ortográfico de 1990.

“embarcar para o inferno ou para o paraíso, mas numa canoa furada”, e que “o libelo contra a ‘teoria’” deveria ser considerado “como uma reação a uma *forma de impor*, à utilização de determinados termos e teorias em detrimento do aluno e da própria literatura”. Este ensaio parte desse depoimento da poeta, procurando reconstituir os elementos do diagnóstico – isto é: indagar o que terá provocado o furo na canoa, e em que medida seria ou não legítima a contraposição insanável entre “termos e teorias”, de um lado, e “aluno” e “literatura”, do outro (ou se, em rigor, “aluno” e “literatura” não serão também “termos e teorias”).

Palavras-chave: Ana Cristina Cesar, teoria da literatura, desconstrução

*À noite a teoria não se aguenta,
Rosemberg dá lugar a Joyce.*

Ana Cristina Cesar (1981)

No esboço biográfico que dedicou ao perfil de Ana Cristina Cesar em 1996, Italo Moriconi reservou uma secção para reconstituir a polémica em que Ana Cristina se envolveu em 1975 nas páginas do *Jornal Opinião*, a propósito da preponderância do ensino da teoria da literatura nas universidades brasileiras da época. Essa secção intitula-se “A teoria na prática é outra” (Moriconi, 1996: 55 ss.).

O resumo que acabo de fazer contém já uma série de imprecisões: i) na polémica, as universidades não são brasileiras, mas cariocas e/ou paulistas, e não há gesto metonímico que dilua esta evidência; ii) não é nada certo que os problemas então apontados ao ensino universitário decorram dos seus conteúdos preferenciais (a tal “teoria da literatura”), e não dos métodos e más práticas implicados na concretização da docência por agentes específicos; iii) a preponderância não é, como poderia supor-se, “da teoria da literatura” mas sim de uma muito particular tendência daquilo que se convencionou chamar

“teoria da literatura” a partir da expansão das inclinações linguísticas e semiológicas do Formalismo Russo, com corolário no Estruturalismo, conforme deixava claro o delicioso poema “Exorcismo” de Carlos Drummond de Andrade, em certa medida a grande pedra no início do caminho deste debate. “Lá pelos meados de Abril”, lembrará Cacaso num dos artigos da polémica, “o Drummond publicou no *Jornal do Brasil* o oportuníssimo poema *Exorcismo*, satirizando o blá-blá-blá terminológico muito em voga nos estudos literários actuais” (Brito, 1975: 19):



FIGURA 1. *Jornal Opinião*, 28 de novembro de 1975, p. 19.

Das relações entre topos e macrotopos

Do elemento suprasegmental

Libera nos, Domine

Da semia

Do sema, do semema, do semantema

Do lexema

Do classema, do mema, do sentema

Libera nos, Domine

Da estruturação semêmica
Do idioleto e da pancronia científica
Da confiabilidade dos testes psicolinguísticos
Da análise computacional da estruturação silábica dos falares regionais
Libera nos, Domine

Do vocoide
Do vocoide nasal puro ou sem fechamento consonantal
Do vocoide baixo e do semivocoide homorgâmico
Libera nos, Domine

Da leitura sintagmática
Da leitura paradigmática do enunciado
Da linguagem fática
Da fatividade e da não fatividade na oração principal
Libera nos, Domine

Da organização categorial da língua
Da principalidade da língua no conjunto dos sistemas semiológicos
Da concreteness das unidades no estatuto que dialetaliza a língua
Da ortolinguagem
Libera nos, Domine

Do programa epistemológico da obra
Do corte epistemológico e do corte dialógico
Do substrato acústico do culminador
Dos sistemas genitivamente afins
Libera nos, Domine

Da camada imagética
 Do espaço heterotópico
 Do glide vocálico
Libera nos, Domine

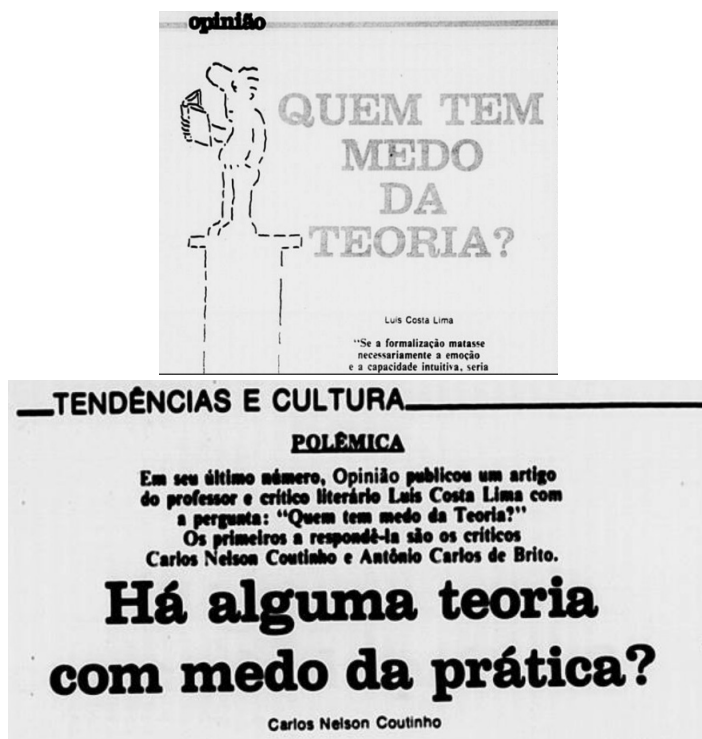
Da linguística frástica e transfrástica
 Do signo cinésico, do signo icônico e do signo gestual
 Da clitização pronominal obrigatória
 Da glossemática
Libera nos, Domine

Da estrutura exossemântica da linguagem musical
 Da totalidade sincrética do emissor
 Da linguística gerativo-transformacional
 Do movimento transformacionalista
Libera nos, Domine

Das aparições de Chomsky, de Mehler, de Perchonock
 De Saussure, Cassirer, Troubetzkoy, Althusser
 De Zolkiewsky, Jakobson, Barthes, Derrida, Todorov
 De Greimas, Fodor, Chao, Lacan et caterva
Libera nos, Domine
 (Andrade, 1975: 5)

O ano é o de 1975 (o poema de Drummond foi publicado no *Jornal do Brasil* a 12 de Abril), data de conclusão da licenciatura de Ana Cristina Cesar, que dera início ao seu curso de Letras na PUC-Rio em 1971, onde em 1974 chegou a desempenhar a função de monitora de Teoria da Literatura I. Entre os seus Professores de destaque contavam-se, além de outros, Cacaso, Luiz Costa Lima e Clara Alvim, que viria a apresentar a poeta a Heloisa Buarque de Hollanda,

posteriormente orientadora da sua Dissertação de Mestrado, já na UFRJ, e, como sabemos, figura tutelar e decisiva – a par de Armando Freitas Filho – para a divulgação da sua obra.



FIGURAS 2 e 3. Colunas da revista *Vozes* e do Jornal *Opinião* (28/11/1975).

A reconstituição da narrativa do debate oferecida por Italo Moriconi não sofre de imprecisões: Moriconi sublinha que é aí que se dá “o primeiro ato de construção da *persona* intelectual pública de Ana Cristina”, que o título do seu artigo – “Os professores contra a parede” – já diz tudo, que a “polêmica da teoria” era também conhecida como a “polêmica do estruturalismo” (Moriconi, 1996), e recu-

pera os vários passos da cronologia da discussão, que tivera início no célebre artigo de Luiz Costa Lima “Quem tem medo da teoria?”, publicado primeiramente na revista *Vozes* e numa versão abreviada no jornal *Opinião*, e a sua continuidade nos textos inspiradores de Cacaso e Carlos Nelson Coutinho, este com o sugestivo título “Há alguma teoria com medo da prática?”.

O desenho rápido da história começa a colocar em evidência que a polémica dizia respeito não a uma, mas a várias bipolaridades em cena, e que talvez nem sempre todos os envolvidos estivessem de facto a discutir a mesma ordem de problemas: com efeito, se o título de Luiz Costa Lima parece ser o maior responsável pelo despoletar de um antagonismo entre os pólos “teoria” e “prática” que virão a ser protagonistas do artigo de Coutinho, já o título de Ana Cristina desviará ligeiramente o foco da discussão para os pólos “professores” e “alunos”. Por outro lado, não menos importante com certeza, o processo de identificação sinedóquica entre “teoria” e “estruturalismo” na equivalência que Moriconi recupera – na verdade, mal escondendo uma antonomásia graças à qual “teoria” seria sinónimo de Luiz Costa Lima (1973) – poderá ainda ser responsável pela sugestão de um outro tipo de bipolaridade, graças à qual “estruturalismo” se oporá também a “prática”, sendo no entanto fundamental, para preservar as redes lógico-semânticas, que essa “prática” possa ser substituída, na nova relação bipolar, por uma sua sinédoque particularizante. Parece ser neste ponto que as coisas se complicam, e a complicação é bem resumida por Italo Moriconi nos seguintes termos: “Sabe-se o que não se deseja. Mas não se sabe muito bem o que se deseja” (Moriconi, *ibidem*). O factor de perturbação aqui é a própria Ana Cristina Cesar, que parecia saber bem o que desejava, ainda que talvez a expressão disso tenha de ser procurada – para ser encontrada – no enquadramento mais amplo dos outros seus escritos críticos e cronísticos, e não apenas nos termos que usou nesta situação

específica. “Desejo”, como todas as suas derivações, é, de resto, uma das palavras-chave da poesia, da poética e da crítica de Ana Cristina Cesar, o que talvez possa oferecer-nos algumas intuições fecundas para o entendimento da sua postura face ao problema da teoria tal como se colocara naquele contexto: “Por afrontamento do desejo/ insisto na maldade de escrever”, lê-se aliás na abertura do poema de título mallarmeano “nada, esta espuma”. (Cesar, 2013: 27)

Ora, “desejo” é talvez aquilo que de mais incerto se encontra nas considerações apresentadas por Luiz Costa Lima no seu “Quem tem medo da teoria?”, onde o argumentário previsivelmente textocêntrico subjacente ao ponto de vista assentava nas premissas de que a relação *com esta ou aquela obra* seria um mal a expurgar, em nome do desenvolvimento de um pensamento crítico que almejasse a “dimensão da teorização sobre a própria literatura, tomada como um discurso entre outros”. Ao contrapor a sua perspectiva às acusações de sobreteorização que procurou reconstituir esquematicamente no artigo, Lima propunha:

Devemos sim desconfiar de nossos métodos não serem bastante exatos. Afirmar contudo que nunca possam ser científicos é no mínimo um ato de presunção. O mais provável é que [afirmar?] seja uma prova de resistência à ciência. Ela [a resistência?] seria compreensível se desenvolvida no sentido de mostrar que a ciência (ainda?) não permite a incorporação do desejo, ao contrário da poesia. Tentar assim uma ciência desejosa do conhecer o desejo, como Freud o tentou, é uma subversão do conceito tradicional de ciência. O que teremos tão fortemente contra isso, a ponto de negarmos *a priori* a possibilidade de conhecimento científico da poesia? Outra vez nos lembramos de Galileu. (Lima, 1975: 25)

Embora no item seguinte Costa Lima advirta para a importância de distinguir “formalização” de “formalismo”, o ponto subjacente

a esta passagem é declaradamente formalista, já que parece assentar na convicção de que é possível a elaboração de uma ciência da literatura, sonho semi-ingênuo que, como é sabido, constituiu a pedra-de-toque do Formalismo Russo, sobretudo na primeira fase dos seus trabalhos. Mas foi propositadamente que usei a modalização “parece”, já que esta passagem é ao mesmo tempo um dos momentos mais enigmáticos do texto, tornando aliás muito tentador responder ao título “Quem tem medo da teoria?” com um peremptório e exclamativo “posta assim, todos temos”. Com efeito, a passagem não é enigmática por razões profundas e inalcançáveis – embora a sugerida analogia entre Galileu e o teórico de literatura, quer dizer, entre o sistema solar e o sistema literário, merecesse um comentário que Ana Cristina virá a fazer, sugerindo que do outro lado deste Galileu estaria para Costa Lima a Santa Inquisição –, mas sim porque é simplesmente inalcançável no seu sentido, por motivos meramente morfossintáticos, já que o leitor tem escassas possibilidades de identificar o sujeito indeterminado da terceira frase, e portanto menos ainda aquele pronome “ela” que inicia a frase seguinte, e que em rigor sugere a retomada por substituição anafórica de um elemento irrecuperável nos enunciados anteriores. A consequência mais imediata desta série de ambiguidades na coesão textual é que, no plano da coerência e da sua eficácia pragmática, torna-se quase impossível identificar o que é que de facto Luiz Costa Lima *quer dizer* a propósito da possibilidade ou impossibilidade de a relação desejante entrar na equação do trabalho com a poesia, e sobretudo em que partes do enunciado a enunciação coincide com a sua própria focalização ou, pelo contrário, a enunciação revisita a focalização própria do ponto de vista que quer combater. Seja qual for a leitura que façamos deste parágrafo, porém, uma coisa é certa: quando, no final do artigo, Costa Lima adopta um tom edificante e termos marxistas para criticar o poema de Drummond e even-

tualmente a posição de Lêdo Ivo — ainda que não os nomeie, fazendo apenas uso sintomático do verbo “exorcizar” no último parágrafo —, a partir de uma posição de superioridade moral (“O que estaremos assim na verdade defendendo: a propriedade da poesia para o homem ou a poesia como propriedade de certos homens?”; Lima, *ibidem*) —, torna-se absolutamente flagrante que o tipo de conhecimento que procura defender se encontra bastante arredado das esferas do desejo, isto é, do entendimento dos actos de escrita e de leitura como actos que, justamente por acontecerem entre “certos homens” e, poderia acrescentar-se, “certas mulheres”, não são diluíveis em princípios universais ou universalizantes abstractos, isolados dos seus contextos específicos de produção, circulação e recepção.

Ora, em 1975 a teoria da literatura produzida nos meios de onde este Brasil tão distinto mais importava as suas teses já estava plenamente convicta da importância decisiva dos particulares, e o que se torna sem dúvida mais interessante no modo como as intuições de Ana Cristina Cesar vão sendo expostas por esses anos é a nítida constatação de que ela, podendo até não conhecer os textos-matriz dessa outra discussão, se encontrava já altamente sintonizada com eles. São aliás as evidências dessa sintonia que permitem constatar sem grandes reservas que, no mundo estruturalista em que vivia naqueles anos 70 cariocas, a autora de *A Teus Pés* era desconstrucionista e feminista, fazendo assentar o essencial das suas ideias em pressupostos então já estabelecidos noutras instâncias pelas várias teorias da recepção desenvolvidas na década anterior em palcos europeus pouco franceses, e também norte-americanos, bem como por algumas propostas semiológicas afastadas do modelo textocêntrico promovido pela Linguística (note-se que, quando em 1979 Costa Lima publica uma colectânea de ensaios no âmbito da teoria da recepção, *A Literatura e o Leitor*, reúne apenas a “escola” de língua alemã). Esta percepção torna-se ainda mais surpreendente quando percebemos que mesmo

algumas das mais estabelecidas e canônicas obras da teoria literária produzida no Ocidente só viriam a ser objecto da atenção de Ana Cristina Cesar dois anos após a polémica, conforme se depreende de uma carta dirigida à sua professora e amiga Maria Cecília Londres Fonseca a 7 de Julho de 1977:

Cecil, querida minha, ei-los, os livrinhos do próximo concurso que se chama “teste de avaliação cultural para admissão à pós-graduação”. Talvez eu fique sendo colecionadora de concursos de admissão, sem no entanto ousar ser admitida. Já me informei sobre outro, na Comunicação, em dezembro. Lá estarei.

Bem, ei-los:

Dufrenne, M., *O poético*.

FORMALISTAS RUSSOS.

Pomorska, K. *Formalismo e Futurismo*.

Portella, E. *Teoria da comunicação literária*.

Portella, E. *Fundamentos da investigação literária*.

Tempo Brasileiro nº 29 (“A linguagem e os signos”).

Staiger, E. *Conceitos fundamentais da poética*.

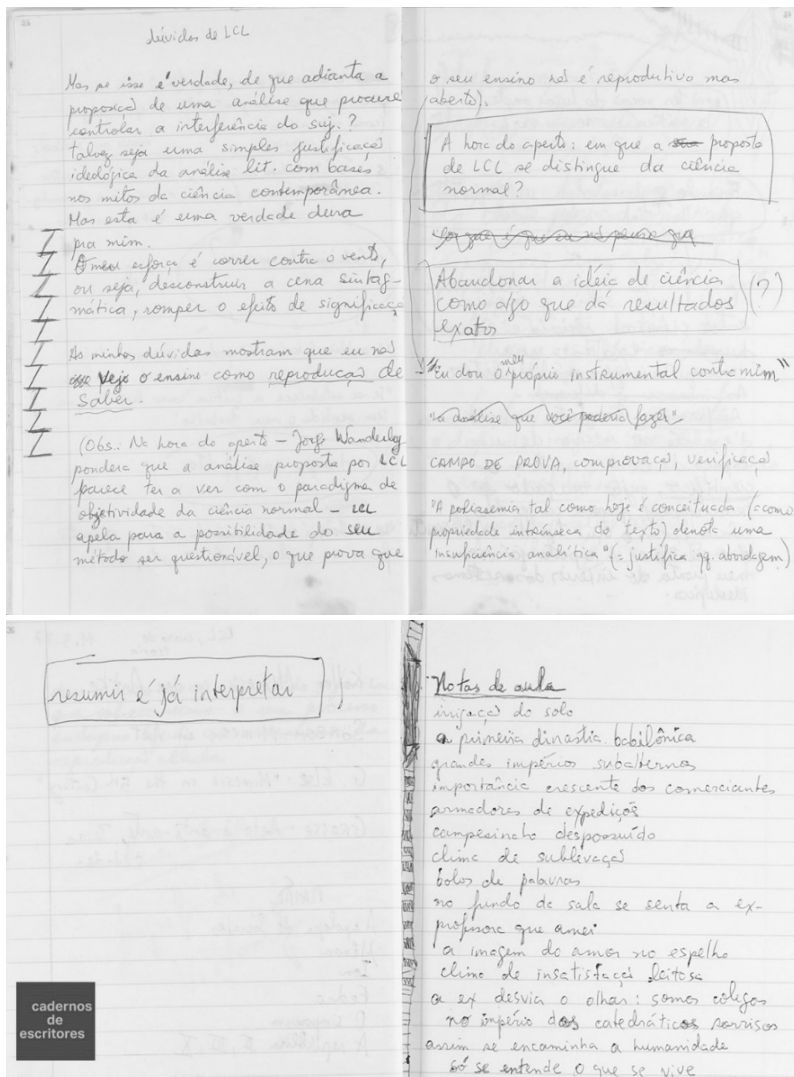
Wellek, R., e Warren. *Teoria da literatura*.

Langacker, R. *A linguagem e sua estrutura*.

Lyons, J. *Introduction to Theoretical Linguistics*.

Pronto, você acha que precisa ler tudo isso? Espero que o Staiger não seja uma coisa chata que estou pensando que seja. Tenho interesse em ler o clássico W.&W. E o Dufrenne, que tal? Me avise o que você tem, onde está etc.

(Cesar, 1999a: 7/7/77)



FIGURAS 4 e 5. Acervo de Ana Cristina Cesar/IMS.

É justamente neste ano de 1977 que a poeta frequenta as aulas de Luiz Costa Lima na PUC-Rio, tendo aliás deixado alguns preciosos registos dos seus apontamentos, num caderninho intitulado *Proposta do Luiz*, hoje à guarda do Instituto Moreira Salles. Neles, literal e materialmente, a teoria é submetida a uma prática de leitura e de escrita que a contamina de forma irremediável, como se pode perceber muito rapidamente por estes dois exemplos:

E no entanto, já dois anos antes Ana C. discutira teoria com Luiz Costa Lima em praça pública, e não o fizera nos termos marxistas restritos que marcaram por exemplo a intervenção de Carlos Nelson Coutinho no debate, para quem o mais grave malefício da posição de Costa Lima consistia essencialmente em ter branqueado que defendia essa posição ideologicamente neutra em tempos de censura, que a sua ideia de teoria não contemplava a interferência da censura na literatura e que, em suma, preferia ignorar que o objecto literário é uma realidade social de tipo particular, o que poderia requerer uma teoria menos imutável nos seus métodos e propósitos (cf. Coutinho, 1975: 19). Embora não possamos reconhecer em Ana C. esta posição preponderantemente marxista, há já no entanto na exposição de Coutinho uma inflexão fundamental, uma vez que um dos seus cuidados consiste justamente em desconstruir a equivalência entre estruturalismo – ou, se preferirmos, entre tendências formalistas e pós-formalistas – e teoria, como se a ideia de teoria só pudesse ser válida se entendida nos termos propostos por essa família de gente com intenções puras e invulneráveis. A resistência à teoria que Coutinho exprime não se processa mediante uma negação generalizante da teoria – como no caso de Lêdo Ivo, por exemplo (cf. Ivo, 1975: 37) –, mas precisamente a partir de uma posição que sustenta a variedade das teorias e nessa medida invalida a equivalência automática entre teoria e Estruturalismo: “O problema, então”, sublinha Coutinho, “não é saber quem tem medo da teoria. É saber qual das teorias em

disputa, *enquanto teoria*, tem medo da prática, ou seja, qual delas se recusa por princípio a incluir entre os seus objetos de análise: 1) a específica prática literária, que não se limita à manipulação da linguagem (...); 2) a prática histórico-concreta dos homens (...); 3) as consequências ideológicas que essa reposição especificamente estética da prática vai ter, por sua vez, sobre a futura prática dos seus consumidores” (Coutinho, *ibidem*). Se é certo que a inventariação dos possíveis “objectos de análise” pode ser discutível e discutida, o que realmente interessa é o facto de Coutinho promover a ideia de diversidade dentro do hiperónimo “teoria”, e assim identificar a possibilidade de ela conter co-hipónimos passíveis de ocuparem lugares equivalentes – logo, de substituir – ao do então espacosamente ocupado pelo Estruturalismo e seus parentes próximos: “Essa teoria”, conclui Coutinho referindo-se ao Estruturalismo, “não é má por ser teoria, mas simplesmente por ser uma má teoria” (*idem*). Por outro lado, uma tal promoção assente numa percepção firme da historicidade dos discursos não prescinde da integração da “prática”, já que assenta num entendimento de facto pragmático dos actos de fala literários, bem mais próximo dos contributos dados na época por linguistas como Austin e Searle do que da matriz linguística do programa saussuriano dominante nas leituras estruturalistas, que certamente motivara a referência feita por Lêdo Ivo à existência de um “estruturalês” (*ibidem*).

Ora, quando no clímax desta discussão a jovem Ana Cristina Cesar se estreia no *Opinião* com o artigo “Os professores contra a parede”, assumindo a sua condição ambivalente de recente aluna e de recente monitora de Teoria da Literatura, na prática a sua teoria (ou teorias) já haviam sido objecto de mobilização, sobretudo nos trabalhos que fizera enquanto aluna na Universidade. A este nível, parece-me que a abertura do ensaio que dedicou à “decomposição” n’*Os Lusíadas* de Camões é absolutamente eloquente. O ensaio, datado de

1973, começa assim: “Este trabalho nasceu, como não poderia deixar de ser, de um texto de Borges” (Cesar, 1999b: 141). Claro que o *punctum* desta frase notável é aquele “como não poderia deixar de ser”, sublinhando deste modo a escritora que o ponto de partida para ler Camões com agudeza só poderá ser Borges, e que portanto o protocolo de leitura do argumento elaborado no texto será... *borgesiano*. Importa menos que ela revele logo em seguida que esse texto é o *Aleph* e que a conversa se fará com o comentário do crítico português António José Saraiva, do que o gesto fundador da leitura propriamente dito, decerto iluminador dos caminhos que a exegese seguirá, para concluir com pontos como “o que torna Gama imortal é o *próprio texto*, os versos deleitosos”, ou “o ‘real’ é o pomo de discórdia na escritura”, ou ainda: “Em última análise, a linguagem do real (...) é a linguagem do Poder (da Fé e do Império), que o estilo do poema lentamente corrói. De modo que o seu centro não se faz evidente como a sua superfície” (*idem*: 144).

Por um lado, Ana Cristina encontra-se aqui já no centro nevrálgico das suas principais preocupações – a complexidade da relação entre o “real” e a arte será mesmo o problema nuclear do estudo *Literatura não é Documento* ultimado em 1979, sobre filmes inspirados em obras e/ou autores literários, e no ensaio que dedicou à figura do bobo em Edgar A. Poe e em Alexandre Herculano essa relação enuncia-se já sobre um tipo de preocupações discursivas que não escondem a teoria que as move:

A outra rachadura no relato é menos incerta: trata-se de uma referência explícita à maneira como a História é escrita pelo próprio texto e que nos faz reler igualmente a sua obsessão pela verossimilhança histórica.

Devemos crer, ao menos piamente, que o conde Henrique, na época em que alevantou o Castelo de Guimarães, não lançou nos fun-

damentos do seu edifício soberbo um cárcere seguro e vasto com os intuitos de rapina que guiavam o comum dos senhores nestas tristes edificações. Ainda que algum documentinho de má morte provasse o contrário cumpria-nos pô-lo no escuro, ou contestar-lhe francamente a autenticidade, porque o conde foi o fundador da monarquia, e a monarquia desfunda-se uma vez que tal coisa se admita. Assim é que se há-de escrever a história, e quem não o fizer por este gosto, evidente é que pode tratar de outro ofício.

O livro parte do suposto de que é um espelho fiel a ressuscitar os verdadeiros valores de uma nação hoje decadente. Esse trecho, inesperado momento de lucidez ou de desconfiança, esclarece porém que a verossimilhança histórica é uma imposição, um artifício, e que um discurso que tem o objetivo de glorificar determinados valores de uma classe dominante tem de calar todo discurso que o contradiga. O trecho enuncia o próprio trabalho de elaboração e estruturação do relato, denuncia discretamente a sua produção, que implica selecionar cuidadosamente a sua matéria, pondo de lado evidências que possam contestar o seu projeto ideológico.

(...) A História é vista aqui não como o espelho da Verdade, mas como uma questão de crença cega numa ideologia que funda as monarquias através das suas repressoras manobras textuais. (Cesar, *idem*: 192-193)

Por outro lado, não menos revelador, o breve ensaio dedicado ao poema camoniano é a prova mais flagrante de que a abordagem da literatura que defende e pratica é empírica e indutiva, e não vampírica e dedutiva. É isto mesmo que, cabalmente demonstrado no trabalho acerca d' *Os Lusíadas*, será explicitado no artigo da polémica, a partir de premissas que incidem fundamentalmente sobre o facto de

Região Vale do Paraíba de São Paulo - É a única que a maioria dos municípios, com a exceção dos limítrofes, não possui. A facilidade de obter esse subsídio a preços reduzidos dos juros, faz com que muitas cidades e até, algumas vezes de fazendas, o não tenham em sua constituição. Não, não é longo esse. É só, antes de fazer qualquer aquisição, solicitar auxílio financeiro que

FIGURA 6. Página do Jornal *Opinião* (12/12/1975).

o pomo da discórdia implicado na ideia de “excesso de teorização” ser explicável à luz de três problemas: 1. a “incompreensibilidade dos termos usados”; 2. o “pouco contato do aluno com textos de literatura”; 3. a “falta de relação da matéria aprendida com a vida profissional do aluno” (Cesar, 1975: 20).

Se admitirmos que o terceiro problema deveria ficar fora deste debate – quer porque implicava operações de generalização e de futurologia pouco úteis para entender em que consistiria de facto o conceito abstracto e inapreensível de “vida profissional do aluno”, quer porque não dizia estritamente respeito a questões de ensino de teoria da literatura –, não será difícil começar por reconhecer que, ao contrário do que acontecera na argumentação de Carlos Nelson Coutinho, o propósito de Ana Cristina não será tanto o de contrapor como alternativa ao Estruturalismo a possibilidade da prática de uma eventual teoria marxista do fenómeno literário (embora isso se vá insinuando nas suas palavras), mas justamente o de acolher a possibilidade de o literário ser isso mesmo – um fenómeno. É por isso que, na simetria que tenta instituir, Ana Cristina estabelece que a teoria enquanto gesto impositivo de universais e de abstrações se afirma “em detrimento (...) da própria literatura” (Cesar: *ibidem*). Vista assim enquanto mecanismo “de poder e repressão”, a teoria desejosa de se impor como modelo seria, na universidade, o mais perfeito equivalente dessa língua da Fé e do Império que o poema de Camões lentamente corroera, pelo que o gesto fundamental implicaria não deixar – *et pour cause* – o poema morrer. Ora, percebemos pela sequência da argumentação que, no entendimento de Ana Cristina Cesar, “não deixar o poema morrer” equivale a impedir uma hegemonização ortodoxa dos discursos de aproximação ao poema falsamente estabilizadora, já que o importante será pelo contrário reconhecer “a impossibilidade de reduzir dogmaticamente a certos traços a musa morena moça”. Na prática, pois, a teoria de Ana

Cristina é desconstrucionista, mesmo que não tenhamos qualquer evidência material de que ela possa ter lido os Derridas e afins em circulação em certos meios intelectuais dos anos 60-70; mas podemos desconfiar com segurança que terá tido ecos das aulas dedicadas à obra do autor de *L'Écriture et la Différence* que, justamente em 1975, constituiriam a base do importante *Glossário de Derrida* publicado por Silviano Santiago no ano seguinte, em cuja introdução didáctica se lia: “o gesto básico dos textos de Derrida articula um agressivo questionamento dos pressupostos históricos sobre que se apoia o discurso da metafísica ocidental. Tal gesto se traduz por uma constante violência contra a interpretação clássica de certos livros, contra o uso indiscriminado de certos conceitos e sobretudo contra a ‘ingenuidade’ filosófica da maioria dos chamados autores ‘estruturalistas’” (Santiago, 1976: 5; cf. Meciano, 2018: *passim*).

Também o poema, no entender de Ana Cristina, não cumpre qualquer função especial de hierarquização dos possíveis da linguagem. Quer dizer: embora seja tentador detectar em Ana Cristina Cesar uma inclinação ainda formalista para o enaltecimento da autonomia verbal do texto literário face ao real ou até a outras formas de expressão artística, a tentação embate de imediato no facto de ela, nos antípodas dessa tradição, se recusar a pré-determinar distinções essenciais e valorativas entre enunciados literários e não-literários, ou entre aquilo que os formalistas designavam anti-teticamente como “língua da poesia” e “língua da prosa”: “Esta literatura”, especificará no artigo posterior “Nove bocas da nova musa”, em 1976, referindo-se à sua própria prática e convocando a leitura feita por José Guilherme Merquior, “é antes uma poesia que não se dá ares, que desconfia dos plenos poderes da sua palavra” (Cesar, 1999b: 163). Claro que, caetanamente falando por antecipação, estes plenos poderes seriam para a poeta muito *podres poderes*, e nesse sentido a palavra em causa poderia ser tanto a

palavra poética ambiciosamente praticante de uma diferença face à palavra quotidiana, a palavra estruturalista terminologicamente cifrada, ou até a palavra marxista ideologicamente inflexível, como se perceberá quando num outro conhecido artigo, “Literatura marginal e o comportamento desviante”, Ana Cristina reconstitui os fundamentos tropicalistas da poesia marginal:

A identificação não é mais, como no grupo de esquerda, com o “povo” ou o “proletariado revolucionário”, mas com as minorias: negros, homossexuais, hippies, marginal de morro, pivete, Madame Satã (símbolo de integração marginal/ homossexual), cultos afro-brasileiros etc. A Bahia é descoberta, nesse momento, como o paraíso oficial das minorias, onde se misturam os rituais africanos, a sensualidade da cozinha e da dança, a valorização do ócio. É da Bahia que surgem os principais líderes dessa renovação cultural: Glauber Rocha, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Wally Sailormoon, Rogério Duarte, Duda Machado, Antonio Risério e outros.

O “desvio pós-tropicalista” apresenta uma ambiguidade básica: por um lado, valoriza-se a marginalidade urbana, a liberação erótica, a experiência das drogas, a atitude festiva e, por outro, verifica-se uma constante atenção a certos referenciais do sistema e da cultura consagrada, como o rigor técnico, a preocupação com a competência na realização das obras, a valorização do bom acabamento dos produtos culturais. (Cesar: 216-217)

A escritora precisará a sua posição invocando Antonio Candido: “Como já disse Antonio Candido, e como bem sabem os novos poetas, a literatura não existe na gaveta: só vive como relação inter-humana, quando se completa o triângulo autor/ obra/ público”. Em última instância, será porventura na sua teoria e prática da tradução que tudo isto confluirá para um sistema coerente, consis-

tente mas flexível, e um dos melhores exemplos disto encontra-se no comentário que faz à célebre “Elegia” de John Donne traduzida por Augusto de Campos e inesquecivelmente interpretada por Caetano Veloso:

Mas desta vez uma tradução de Donne vira uma canção/interpretação no Brasil em 1980. E é aí que hoje o circuito muda as possibilidades da tradução, seu alcance, seu projeto como forma específica de produção cultural. Não se trata mais de divulgar eruditamente Donne, seja qual for o suporte ideológico dessa divulgação. O labor erudito existiu, mas o impulso erudito e seu alcance não importam mais. Esse mesmo impulso, daqui desta ilha, de dentro da universidade, ainda parece natural: ir à biblioteca, folhear as elegias, decifrar a velha ortografia, descobrir o poema certo enquanto a voz de Caetano não sai da cabeça, cantarolando baixinho no quinto andar da biblioteca supersônica onde se chega por um elevador sem portas nem escadas que se chama páter-nóster, lá embaixo tem um parque com lago, campos, trilhas, o inverno é belo, não quero mais voltar, descobri o poema certo, decifrei a ortografia, saquei Donne, teria sido o empenho acadêmico da produção, o segredo suave da biblioteca, ou apenas a lembrança do carinho culpado do Reinaldo na despedida de Paris, aparecendo com uma edição bilíngue de poèmes choisis, “olha aqui para você aquele poeta que o Caetano canta” e que a gente tanto ouviu nas reuniões de brasileiros que não queriam deixar Paris nunca mais? O Brasil dava medo de Paris. O Brasil dá medo de Paris. Minha América, minha terra à vista. (Cesar, 1999b: 235-236)

Em suma: *dividamos: teoria de importação. E a Teoria Vai-Brasil, na prática, de exportação.*

REFERÊNCIAS

- Andrade, Carlos Drummond de (1975). “Exorcismo”. *Jornal do Brasil*, 12 de Abril, in *Discurso de Primavera* (1977).
- Brito, Antônio Carlos de (1975). “Bota na conta do Galileu, se ele não pagar nem eu”. *Opinião*, Rio de Janeiro, 28 de Novembro.
- Cesar, Ana Cristina (1975). “Os professores contra a parede”. *Opinião*, Rio de Janeiro, 12 de Dezembro, in *Crítica e Tradução*. São Paulo: Editora Ática.
- (1999a). *Correspondência Incompleta*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- (1999b). *Crítica e Tradução*. São Paulo: Editora Ática.
- (2013). *Poética*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Coutinho, Carlos Nelson (1975). “Há alguma teoria com medo da prática?”. *Opinião*, Rio de Janeiro, 28 de Novembro.
- Ivo, Lêdo (1975). “A morte da literatura brasileira”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de Junho.
- Lima, Luiz Costa (1975). “O bloco do eu sozinho”. *Opinião*, Rio de Janeiro, 26 de Dezembro.
- (1975). “Quem tem medo da teoria?”. *Opinião*, Rio de Janeiro, 21 de Novembro.
- (1981). “Quem tem medo de teoria?”, in *Dispersa Demanda: Ensaios sobre Literatura e Teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- (2006). “A teoria da literatura entre nós”. *Floema*, Ano II, n. 2 A, Outubro.
- Meciano, Raphael (2018). “Silviano Santiago e a desconstrução: Entrevista com Silviano Santiago”. *Remate de Males*. Campinas-SP, v. 38, n. 1, Janeiro-Junho.
- Moriconi, Italo (1996). *Ana Cristina Cesar: O sangue de uma poeta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Santiago, Silviano (1976). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.